
Sumário

Nota à 13ª Edição, 19

Nota à 12ª Edição, 20

Nota Introdutória, 21

- 1 ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DO DIREITO ADMINISTRATIVO, 23**
 - 1.1 Formação do direito administrativo, 23
 - 1.2 Contribuição do direito francês, 26
 - 1.3 Direito administrativo alemão, 30
 - 1.4 Direito administrativo italiano, 32
 - 1.5 Direito administrativo anglo-americano, 33
 - 1.6 Direito administrativo brasileiro, 42
 - 1.7 Objeto do direito administrativo, 44
 - 1.7.1 Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica, 45
 - 1.7.2 Direito administrativo e ciência da administração, 46
 - 1.7.3 Critério técnico-científico de estudo do direito administrativo, 47
 - 1.8 Conceito de direito administrativo, 48
 - 1.8.1 Escola do serviço público, 48
 - 1.8.2 Critério do Poder Executivo, 49
 - 1.8.3 Critério das relações jurídicas, 49
 - 1.8.4 Critério teleológico, 50
 - 1.8.5 Critério negativo ou residual, 50
 - 1.8.6 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado, 51
 - 1.8.7 Critério da administração pública, 51
 - 1.8.8 Nossa definição, 52

- 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 53**
 - 2.1 O vocábulo administração, 53
 - 2.2 A expressão administração pública, 54
 - 2.3 Administração pública e governo, 55
 - 2.3.1 Aspecto objetivo, 55
 - 2.3.2 Aspecto subjetivo, 56
 - 2.4 Administração pública em sentido estrito, 58
 - 2.5 Administração pública em sentido objetivo, 59
 - 2.6 Administração pública em sentido subjetivo, 61

3 REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, 63

- 3.1 Regimes público e privado na administração pública, 63
- 3.2 Regime jurídico-administrativo, 64
- 3.3 Princípios da administração pública, 66
 - 3.3.1 Legalidade, 67
 - 3.3.2 Supremacia do interesse público, 68
 - 3.3.3 Impessoalidade, 71
 - 3.3.4 Presunção de legitimidade ou de veracidade, 72
 - 3.3.5 Especialidade, 72
 - 3.3.6 Controle ou tutela, 73
 - 3.3.7 Autotutela, 73
 - 3.3.8 Hierarquia, 74
 - 3.3.9 Continuidade do serviço público, 74
 - 3.3.10 Publicidade, 75
 - 3.3.11 Moralidade administrativa, 77
 - 3.3.12 Razoabilidade e proporcionalidade, 80
 - 3.3.13 Motivação, 82
 - 3.3.14 Eficiência, 83
 - 3.3.15 Segurança jurídica, 84
- 3.4 Poderes da administração, 86
 - 3.4.1 Normativo, 86
 - 3.4.2 Disciplinar, 90
 - 3.4.3 Decorrentes da hierarquia, 91

4 SERVIÇOS PÚBLICOS, 94

- 4.1 Conceito, 94
 - 4.1.1 Serviço público em sentido amplo, 94
 - 4.1.2 Serviço público em sentido restrito, 95
 - 4.1.3 Evolução, 96
 - 4.1.4 Conclusões quanto ao conceito, 97
- 4.2 Elementos da definição, 98
 - 4.2.1 Elemento subjetivo, 98
 - 4.2.2 Elemento formal, 99
 - 4.2.3 Elemento material, 99
- 4.3 Princípios, 100
- 4.4 Classificação, 102

5 PODER DE POLÍCIA, 107

- 5.1 Introdução, 107
- 5.2 Evolução, 108
- 5.3 Conceito, 110
- 5.4 Polícia administrativa e judiciária, 111
- 5.5 Meios de atuação, 112
- 5.6 Características, 112
- 5.7 Limites, 115

6 RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA, 117

- 6.1 Evolução, 117
- 6.2 Modalidades, 118
- 6.3 Fundamento, 119
- 6.4 Função social da propriedade, 121
- 6.5 Limitações administrativas, 124
- 6.6 Ocupação temporária, 126
- 6.7 Requisição administrativa, 128
- 6.8 Tombamento, 130

- 6.8.1 Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 130
- 6.8.2 Conceito e características, 131
- 6.8.3 Objeto, 132
- 6.8.4 Modalidades, 133
- 6.8.5 Procedimento, 134
- 6.8.6 Efeitos, 136
- 6.8.7 Natureza jurídica, 139
- 6.9 Servidão administrativa, 140
 - 6.9.1 Servidão na teoria geral do direito, 140
 - 6.9.2 Servidão de direito privado e de direito público, 141
 - 6.9.3 Servidão administrativa e limitação administrativa, 142
 - 6.9.4 Conceito, 143
 - 6.9.5 Forma de constituição, 143
 - 6.9.6 Extinção, 144
 - 6.9.7 Direito à indenização, 145
 - 6.9.8 Modalidades, 146
 - 6.9.8.1 Servidão sobre terrenos marginais, 146
 - 6.9.8.2 Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos, 147
 - 6.9.8.3 Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional, 147
 - 6.9.8.4 Servidão em torno de aeródromos e heliportos, 147
 - 6.9.8.5 Servidão militar, 148
 - 6.9.8.6 Servidão de aqueduto, 148
 - 6.9.8.7 Servidão de energia elétrica, 149
- 6.10 Desapropriação, 150
 - 6.10.1 Evolução no direito brasileiro, 150
 - 6.10.2 Conceito, 151
 - 6.10.3 Procedimento, 152
 - 6.10.4 Sujeitos ativo e passivo, 156
 - 6.10.5 Pressupostos, 157
 - 6.10.6 Objeto, 159
 - 6.10.7 Indenização, 161
 - 6.10.8 Natureza jurídica, 164
 - 6.10.9 Imissão provisória na posse, 166
 - 6.10.10 Destino dos bens desapropriados, 168
 - 6.10.11 Desapropriação indireta, 170
 - 6.10.12 Retrocessão, 172
- 7 ATOS ADMINISTRATIVOS, 175**
 - 7.1 Fatos da administração, 175
 - 7.2 Atos da administração, 175
 - 7.3 Origem da expressão, 176
 - 7.4 Conceito, 177
 - 7.5 Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos, 181
 - 7.6 Atributos, 182
 - 7.6.1 Presunção de legitimidade e veracidade, 182
 - 7.6.2 Imperatividade, 184
 - 7.6.3 Auto-executoriedade, 185
 - 7.6.4 Tipicidade, 186
 - 7.7 Elementos, 186
 - 7.7.1 Sujeito, 188
 - 7.7.2 Objeto, 191
 - 7.7.3 Forma, 192
 - 7.7.4 Finalidade, 194

- 7.7.5 Motivo, 195
 - 7.8 Discricionariedade e vinculação, 196
 - 7.8.1 Conceito, 196
 - 7.8.2 Justificação, 197
 - 7.8.3 Âmbito de aplicação da discricionariedade, 198
 - 7.8.4 Legalidade e mérito do ato administrativo, 201
 - 7.8.5 Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário, 202
 - 7.9 Classificação, 204
 - 7.10 Atos administrativos em espécie, 210
 - 7.10.1 Quanto ao conteúdo, 210
 - 7.10.1.1 Autorização, 210
 - 7.10.1.2 Licença, 212
 - 7.10.1.3 Admissão, 212
 - 7.10.1.4 Permissão, 212
 - 7.10.1.5 Aprovação, 213
 - 7.10.1.6 Homologação, 213
 - 7.10.1.7 Parecer, 214
 - 7.10.1.8 Visto, 214
 - 7.10.2 Quanto à forma, 214
 - 7.10.2.1 Decreto, 214
 - 7.10.2.2 Resolução e portaria, 215
 - 7.10.2.3 Circular, 216
 - 7.10.2.4 Despacho, 216
 - 7.10.2.5 Alvará, 216
 - 7.11 Extinção, 217
 - 7.11.1 Modalidades, 217
 - 7.11.2 Anulação ou invalidação, 217
 - 7.11.2.1 Conceito, efeitos e natureza, 217
 - 7.11.2.2 Vícios: peculiaridades no direito administrativo, 219
 - 7.11.2.3 Vícios relativos ao sujeito, 220
 - 7.11.2.4 Vícios relativos ao objeto, 222
 - 7.11.2.5 Vícios relativos à forma, 223
 - 7.11.2.6 Vícios quanto ao motivo, 223
 - 7.11.2.7 Vícios relativos à finalidade, 223
 - 7.11.2.8 Conseqüências decorrentes dos vícios, 224
 - 7.11.2.9 Atos administrativos nulos e anuláveis, 226
 - 7.11.2.10 Convalidação, 227
 - 7.11.2.11 Confirmação, 229
 - 7.11.3 Revogação, 230
- 8 CONTRATO ADMINISTRATIVO, 232**
- 8.1 Contratos da administração, 232
 - 8.2 Divergências doutrinárias, 232
 - 8.3 O contrato administrativo como espécie do gênero contrato, 234
 - 8.4 Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado, 237
 - 8.5 Direito positivo, 240
 - 8.5.1 Normas constitucionais, 240
 - 8.5.2 Legislação ordinária, 240
 - 8.6 Características dos contratos administrativos, 241
 - 8.6.1 Presença da administração pública como poder público, 242
 - 8.6.2 Finalidade pública, 242
 - 8.6.3 Obediência à forma prescrita em lei, 242
 - 8.6.4 Procedimento legal, 246
 - 8.6.5 Contrato de adesão, 247

- 8.6.6 Natureza *intuitu personae*, 247
- 8.6.7 Presença das cláusulas exorbitantes, 248
 - 8.6.7.1 Exigência de garantia, 248
 - 8.6.7.2 Alteração unilateral, 249
 - 8.6.7.3 Rescisão unilateral, 249
 - 8.6.7.4 Fiscalização, 251
 - 8.6.7.5 Aplicação de penalidades, 251.
 - 8.6.7.6 Anulação, 252
 - 8.6.7.7 Retomada do objeto, 253
 - 8.6.7.8 Restrições ao uso da *exceptio non adimpleti contractus*, 254
- 8.6.8 Mutabilidade, 254
 - 8.6.8.1 Álea administrativa: alteração unilateral do contrato, 256
 - 8.6.8.2 Álea administrativa: fato do príncipe, 257
 - 8.6.8.3 Álea administrativa: fato da administração, 258
 - 8.6.8.4 Álea econômica: teoria da imprevisão, 260
- 8.7 Rescisão do contrato administrativo, 263
- 8.8 Modalidades de contratos administrativos, 264
 - 8.8.1 Concessão, 264
 - 8.8.1.1 Conceito, 264
 - 8.8.1.2 Natureza jurídica, 266
 - 8.8.1.3 Concessão de serviço público, 268
 - 8.8.1.3.1 Evolução, 268
 - 8.8.1.3.2 Conceito e características, 270
 - 8.8.1.3.3 Concessão e permissão de serviço público, 273
 - 8.8.1.4 Concessão de obra pública, 275
 - 8.8.1.5 Concessão de uso, 276
 - 8.8.2 Contratos de obra pública e de prestação de serviços, 276
 - 8.8.2.1 Empreitada, 279
 - 8.8.2.2 Administração contratada, 279
 - 8.8.2.3 Tarefa, 280
 - 8.8.3 Contrato de fornecimento, 280
- 8.9 Contrato de gestão, 281
- 8.10 Convênio, 284
- 8.11 Consórcio administrativo, 288

9 LICITAÇÃO, 291

- 9.1 Conceito, 291
- 9.2 Direito positivo, 292
- 9.3 Princípios, 294
 - 9.3.1 Princípio da igualdade, 295
 - 9.3.2 Princípio da legalidade, 297
 - 9.3.3 Princípio da impessoalidade, 297
 - 9.3.4 Princípio da moralidade e da probidade, 298
 - 9.3.5 Princípio da publicidade, 298
 - 9.3.6 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 299
 - 9.3.7 Princípio do julgamento objetivo, 300
 - 9.3.8 Princípio da adjudicação compulsória, 301
 - 9.3.9 Princípio da ampla defesa, 301
- 9.4 Obrigatoriedade de licitação, 302
- 9.5 Dispensa e inexigibilidade, 302
- 9.6 Modalidades, 314
 - 9.6.1 Concorrência, 316
 - 9.6.2 Tomada de preços, 317
 - 9.6.3 Convite, 319

- 9.6.4 Concurso, 320
 - 9.6.5 Leilão, 320
 - 9.6.6 Pregão, 321
 - 9.7 Procedimento, 323
 - 9.7.1 Procedimento da concorrência, 324
 - 9.7.1.1 Edital, 324
 - 9.7.1.2 Habilitação, 326
 - 9.7.1.3 Classificação, 330
 - 9.7.1.4 Homologação, 333
 - 9.7.1.5 Adjudicação, 333
 - 9.7.2 Procedimento da tomada de preços, 334
 - 9.7.3 Procedimento do convite, 335
 - 9.7.4 Procedimento do concurso, 335
 - 9.7.5 Procedimento do leilão, 336
 - 9.7.6 Procedimento do pregão, 336
 - 9.8 Anulação e revogação, 339
 - 9.9 Recursos administrativos, 340
- 10 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, 342**
- 10.1 Descentralização, 342
 - 10.1.1 Descentralização e desconcentração, 342
 - 10.1.2 Descentralização política e administrativa, 342
 - 10.1.3 Modalidades de descentralização administrativa, 343
 - 10.1.3.1 Descentralização territorial, 343
 - 10.1.3.2 Descentralização por serviços, 344
 - 10.1.3.3 Descentralização por colaboração, 346
 - 10.1.4 Evolução, 347
 - 10.1.5 A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro, 349
 - 10.1.5.1 A confusão do legislador, 349
 - 10.1.5.2 A expressão *administração indireta* na Constituição, 353
 - 10.2 Entidades da administração indireta, 354
 - 10.2.1 Modalidades e natureza jurídica, 354
 - 10.2.2 Regime jurídico, 354
 - 10.3 Autarquias, 358
 - 10.3.1 O vocábulo *autarquia*, 358
 - 10.3.2 Evolução no direito brasileiro, 359
 - 10.3.3 Conceito e características, 360
 - 10.3.4 Posição perante a administração pública e terceiros, 362
 - 10.3.5 Classificação, 362
 - 10.4 Fundação, 364
 - 10.4.1 Natureza jurídica e conceito, 364
 - 10.4.2 Fundação de direito privado, 366
 - 10.4.3 Direito positivo brasileiro, 369
 - 10.4.4 Fundação de direito público, 373
 - 10.5 Empresas estatais, 374
 - 10.5.1 Alcance da expressão, 374
 - 10.5.2 Distinção quanto ao tipo de atividade, 374
 - 10.5.3 Sociedade de economia mista e empresa pública, 376
 - 10.5.3.1 Traços comuns, 376
 - 10.5.3.2 Traços distintivos, 379
 - 10.6 Normas comuns às entidades da administração indireta, 383
 - 10.7 Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas, 389
 - 10.8 Natureza jurídica dos bens das entidades da administração indireta, 389
 - 10.9 Agências, 391

- 10.9.1 Considerações gerais, 391
- 10.9.2 Agência executiva, 393
- 10.9.3 Agência reguladora, 394
- 10.10 Controle administrativo ou tutela das entidades da administração indireta, 398
- 11 ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR, 403**
 - 11.1 As expressões *entidade paraestatal* e *terceiro setor*, 403
 - 11.2 Serviços sociais autônomos, 406
 - 11.3 Entidades de apoio, 407
 - 11.4 Organizações sociais, 409
 - 11.5 Organização da sociedade civil de interesse público, 413
- 12 ÓRGÃOS PÚBLICOS, 416**
 - 12.1 Teorias sobre as relações do estado com os agentes públicos, 416
 - 12.2 Conceito, 417
 - 12.3 Natureza, 418
 - 12.4 Classificação, 419
- 13 SERVIDORES PÚBLICOS, 421**
 - 13.1 Terminologia, 421
 - 13.2 Agentes públicos, 422
 - 13.2.1 Agentes políticos, 422
 - 13.2.2 Servidores públicos, 423
 - 13.2.3 Particulares em colaboração com o poder público, 426
 - 13.3 Cargo, emprego e função, 427
 - 13.4 Normas constitucionais, 430
 - 13.4.1 Regime jurídico do servidor, 430
 - 13.4.2 Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas, 431
 - 13.4.3 Condições de ingresso, 432
 - 13.4.4 Sistema remuneratório dos servidores públicos, 435
 - 13.4.4.1 Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento, 436
 - 13.4.4.2 Regime de subsídios, 438
 - 13.4.4.2.1 Agentes públicos em regime de subsídio, 440
 - 13.4.4.2.2 Competência para fixação e alteração dos subsídios, 441
 - 13.4.4.2.3 Subsídios para os servidores organizados em carreira, 442
 - 13.4.4.2.4 Aplicação dos subsídios aos aposentados e pensionistas, 443
 - 13.4.4.3 Normas comuns à remuneração e aos subsídios, 443
 - 13.4.4.3.1 Fixação e alteração da remuneração e do subsídio, 444
 - 13.4.4.3.2 Teto das remunerações e subsídios, 444
 - 13.4.4.3.3 Irredutibilidade de remuneração e subsídio, 447
 - 13.4.5 Direito de greve e de livre associação sindical, 448
 - 13.4.6 Proibição de acumulação de cargos, 450
 - 13.4.7 Aposentadoria, 454
 - 13.4.7.1 Regime previdenciário, 454
 - 13.4.7.2 Modalidades de aposentadoria, 458
 - 13.4.7.3 Disposições transitórias, 462
 - 13.4.7.4 Previdência complementar, 465
 - 13.4.7.5 Contagem de tempo para aposentadoria, 466
 - 13.4.8 Estabilidade, 467

- 13.4.9 Afastamento para exercício de mandato eletivo, 471
- 13.4.10 Direitos sociais, 471
- 13.4.11 Limites de despesa com pessoal, 472
- 13.5 Provimento, 476
- 13.6 Vacância, 480
- 13.7 Direitos e deveres, 481
- 13.8 Responsabilidade, 483
 - 13.8.1 Responsabilidade civil, 483
 - 13.8.2 Responsabilidade administrativa, 484
 - 13.8.3 Responsabilidade penal, 485
 - 13.8.4 Comunicabilidade de instâncias, 486

14 PROCESSO ADMINISTRATIVO, 492

- 14.1 Processos estatais, 492
- 14.2 Processo administrativo, 493
- 14.3 Processo e procedimento, 494
- 14.4 Modalidades, 495
- 14.5 Princípios, 498
 - 14.5.1 Princípio da publicidade, 498
 - 14.5.2 Princípio da oficialidade, 499
 - 14.5.3 Princípio da obediência à forma e aos procedimentos, 500
 - 14.5.4 Princípio da gratuidade, 501
 - 14.5.5 Princípio da ampla defesa e do contraditório, 501
 - 14.5.6 Princípio da atipicidade, 503
 - 14.5.7 Princípio da pluralidade de instâncias, 503
 - 14.5.8 Princípio da economia processual, 504
 - 14.5.9 Princípio da participação popular, 505
- 14.6 Processo administrativo disciplinar, 507
- 14.7 Processo sumário, 509
 - 14.7.1 Sindicância, 509
 - 14.7.2 Verdade sabida, 510

15 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO, 511

- 15.1 Delimitação do tema, 511
- 15.2 Evolução, 512
 - 15.2.1 Teoria da irresponsabilidade, 513
 - 15.2.2 Teorias civilistas, 513
 - 15.2.3 Teorias publicistas, 514
- 15.3 Direito positivo brasileiro, 516
- 15.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade, 518
- 15.5 Responsabilidade do Estado por atos legislativos, 519
- 15.6 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, 521
- 15.7 Reparação do dano, 523

16 BENS PÚBLICOS, 527

- 16.1 Evolução, 527
- 16.2 Classificação, 528
- 16.3 Bens do domínio público do Estado, 530
 - 16.3.1 Conceito, 530
 - 16.3.2 Natureza jurídica, 531
 - 16.3.3 Modalidades, 532
 - 16.3.4 Regime jurídico, 534
- 16.4 Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais, 535

- 16.4.1 Conceito, 535
- 16.4.2 Características, 536
- 16.4.3 Regime jurídico, 536
- 16.5 Alienação, 541
 - 16.5.1 Alienação dos bens de uso comum e de uso especial, 541
 - 16.5.2 Alienação dos bens dominicais, 542
- 16.6 Uso de bem público por particular, 546
 - 16.6.1 Uso normal e uso anormal, 546
 - 16.6.2 Uso comum, 547
 - 16.6.3 Uso privativo, 549
 - 16.6.3.1 Conceito e características, 549
 - 16.6.3.2 Instrumentos estatais de outorga de uso privativo, 551
 - 16.6.3.3 Autorização, permissão e concessão, 551
 - 16.6.3.4 Institutos de direito privado, 557
 - 16.6.3.5 Tutela do uso privativo, 562
- 16.7 Formação do patrimônio público, 564
- 16.8 Bens públicos em espécie, 567
 - 16.8.1 Direito positivo, 567
 - 16.8.2 Terrenos reservados, 567
 - 16.8.3 Terrenos de marinha e seus acrescidos, 570
 - 16.8.4 Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, 571
 - 16.8.5 Terras devolutas, 572
 - 16.8.5.1 Evolução da propriedade rural no Brasil, 572
 - 16.8.5.2 Conceito e natureza jurídica, 575
 - 16.8.5.3 Titularidade, 576
 - 16.8.5.4 Processo de discriminação, 577
 - 16.8.6 Faixa de fronteira, 579
 - 16.8.7 Ilhas, 580
 - 16.8.8 Águas públicas, 580
 - 16.8.9 Minas e jazidas, 582
 - 16.8.9.1 Conceito, 582
 - 16.8.9.2 Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas, 582
 - 16.8.9.3 Evolução no direito brasileiro, 583
 - 16.8.9.4 Sistema atual, 584
 - 16.8.9.5 Regime de exploração, 584
- 17 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 586**
 - 17.1 Conceito e abrangência, 586
 - 17.2 Espécies, 587
 - 17.3 Controle administrativo, 588
 - 17.3.1 Conceito e alcance, 588
 - 17.3.2 Recursos administrativos, 589
 - 17.3.2.1 Conceito, efeitos e fundamento, 589
 - 17.3.2.2 Modalidades, 590
 - 17.3.2.3 Coisa julgada administrativa, 595
 - 17.3.2.4 Prescrição administrativa, 596
 - 17.4 Controle legislativo, 599
 - 17.4.1 Alcance, 599
 - 17.4.2 Controle político, 599
 - 17.4.3 Controle financeiro, 601
 - 17.5 Controle judicial, 603
 - 17.5.1 Sistema de unidade de jurisdição, 603
 - 17.5.2 Limites, 604
 - 17.5.3 Privilégios da administração pública, 605

- 17.5.4 Meios de controle, 612
 - 17.5.4.1 *Habeas corpus*, 613
 - 17.5.4.2 *Habeas data*, 614
 - 17.5.4.3 Mandado de injunção, 618
 - 17.5.4.3.1 Controvérsias quanto à origem, 618
 - 17.5.4.3.2 Controvérsias quanto ao objeto, 619
 - 17.5.4.3.3 Nossa opinião, 621
 - 17.5.4.3.4 Pressupostos, 622
 - 17.5.4.3.5 Competência, 622
 - 17.5.4.4 Mandado de segurança individual, 623
 - 17.5.4.4.1 Origem, 623
 - 17.5.4.4.2 Conceito e pressupostos, 623
 - 17.5.4.4.3 Restrições, 628
 - 17.5.4.4.4 Anotações quanto ao processo, 632
 - 17.5.4.4.5 Prazo, 637
 - 17.5.4.5 Mandado de segurança coletivo, 637
 - 17.5.4.6 Ação popular, 641
 - 17.5.4.6.1 Evolução, 641
 - 17.5.4.6.2 Conceito e pressupostos, 642
 - 17.5.4.6.3 Sujeito ativo e passivo, 645
 - 17.5.4.6.4 Posição do Ministério Público, 646
 - 17.5.4.6.5 Objeto, 648
 - 17.5.4.6.6 Anotações quanto ao processo, 649
 - 17.5.4.7 Ação civil pública, 650
 - 17.5.4.7.1 Origem e evolução, 650
 - 17.5.4.7.2 Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo, 652
 - 17.5.4.7.3 Pressupostos e conceito, 652
 - 17.5.4.7.4 Sujeito ativo e passivo, 653
 - 17.5.4.7.5 Funções do Ministério Público, 654
 - 17.5.4.7.6 Objeto, 655
 - 17.5.4.7.7 Anotações quanto ao processo, 655

18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 657

- 18.1 Legalidade, moralidade e probidade, 657
- 18.2 Evolução no direito positivo, 660
- 18.3 Lei de improbidade administrativa, 664
 - 18.3.1 Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível, 664
 - 18.3.2 Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa, 666
 - 18.3.3 Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa, 667
 - 18.3.3.1 Sujeito passivo, 667
 - 18.3.3.2 Sujeito ativo, 669
 - 18.3.3.3 Ocorrência de ato danoso, 672
 - 18.3.3.4 Elemento subjetivo: dolo ou culpa, 675
 - 18.3.4 Sanções, 676
 - 18.3.5 Procedimento administrativo, 679
 - 18.3.6 Ação judicial de improbidade administrativa, 680